PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA

LEI N. 317, DE 25 DE JANEIRO DE 1960

Dispõe sobre a doação de um terreno.

O DR. ADAIL NUNES DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE TAQUARITINGA, usando das atribuições que a lei lhe confere;

FAZ SABER que a Câmara Municipal decreta e ele promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a doar à Cooperativa Agrícola Mista dos Produtores de Taquaritinga, registrada no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura sob n. 6.015, no Departamento de Assistência ao Cooperativismo sob n. 1.038 e na Junta Comercial sob n. 1.820, para a instalação de uma fábrica de massa de tomate e de um "Parking-House" para benefício e exportação de laranjas, uma área do terreno do antigo pátio da estação da Estrada de Ferro Araraquara, medindo 18.641m² (dezoito mil, seiscientos e quarenta e um metros quadrados), inclusive os prédios nela existentes, com a área construída de 2.152 m² (dois mil, cento e cinquenta e dois metros quadrados), situada nesta cidade e com a seguinte descrição perimétrica: começa no ponto A sobre o cruzamento da rua Barão do Triunfo com a Praça 1ª de Maio. Do ponto A segue pelo alinhamento da Praça 1ª de Maio até o ponto B, na distância de 11 m (onze metros); do ponto B segue pelo alinhamento da Praça 1ª de Maio até o ponto C, na distância de 30,50m (trinta metros e cinquenta centímetros); do ponto C segue pelo alinhamento da Praça 1ª de Maio até o ponto D, na distância de 3 m (três metros); do ponto D segue pelo alinhamento da Praça 1ª de Maio até o ponto E, na distância de 90 m (noventa metros); do ponto E segue pelo alinhamento da plataforma da antiga estação da Estrada de Ferro Araraquara até o ponto F, na distância de 15 m (quinze metros); do ponto F segue pelo prolongamento da Estrada da Vila Rosa até o ponto G, na distância de 18 m (dezoito metros); do ponto G segue pela divisa de José Marques Mendonça até o ponto H, na distância de 86 m (oitenta e seis metros); do ponto H segue pela divisa de José Marques Mendonça até o ponto I, na distância de 21 m (vinte e um metros); do ponto I segue pe-

la divisa de José Marques Mendonça até o ponto J, na distância de 116 m (cento e dezesseis metros); do ponto J segue pela divisa de José Marques Mendonça até o ponto K, na distância de 19 m (dezenove metros); do ponto K segue pela divisa de José Marques Mendonça até o ponto L, na distância de 134 m (cento e trinta e quatro metros); do ponto L segue pela divisa de José Marques Mendonça até o ponto M, na distância de 137 m (cento e trinta e sete metros); do ponto M segue pelo Córrego Ribeirãozinho até o ponto N, na distância de 29 m (vinte e nove metros); do ponto N segue pela divisa de Ozório Calil até o ponto O, na distância de 151 m (cento e cinquenta e um metros); do ponto O segue pela divisa de Ozório Calil até o ponto P, na distância de 37 m (trinta e sete metros); do ponto P segue pela divisa da Prefeitura Municipal até o ponto A de partida, na distância de 27 m (vinte e sete metros). Confrontações: faz divisa pelas faces A-B, B-C, C-D e D-E com a Praça 1ª de Maio; pelas faces E-F e F-G com o prolongamento da Estrada de Vila Rosa; pelas faces G-H, H-I, I-J, J-K, K-L e L-M com José Marques Mendonça; pela face M-N com o córrego Ribeirãozinho; pelas faces N-O e O-P com Ozório Calil; pela face P-A com a Prefeitura Municipal.

Artigo 2º - Na escritura de doação constará cláusula expressa pela qual a donatária, ou sucessor, se obriga a restituir todo o imóvel doado, no caso:

- a) de não iniciar suas atividades industriais ou fabris dentro do prazo de um ano, a partir da data da escritura pública;
- b) de paralisar todas as suas atividades pelo período de três anos consecutivos;
- c) de cessar, em qualquer tempo, em caráter definitivo, todas as suas já referidas atividades industriais ou fabris.

Artigo 3º - Em qualquer tempo, a sucessão de firma ou sociedade e, mesmo, a alteração dos seus fins e objeto, dependerá da prévia aprovação do Município.

Artigo 4º - No caso de reversão, nenhuma despesa caberá ao Município, mesmo por indenização por obras ou melhoramentos acrescidos ao imóvel, os quais serão mantidos, inclusive impostos.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publi